

Diretoria da Adusp considera injusta demissão de professor da Esalq

Em reunião dia 2 deste mês, a diretoria da Adusp debateu a questão da demissão do professor João R. Zinsly, da Esalq, decidida pelo Conselho Universitário (CO) em 17/3/98. Em abril deste ano, a diretoria formou uma comissão para analisar o caso. Esta comissão é composta pelos professores Marcos N. Magalhães, Daciberg L. Gonçalves e Roberto Ramos Jr. O trabalho desta comissão (veja entrevista nas páginas 3, 4 e 5) foi apresentado à diretoria da Adusp e a recomendação de defesa do professor Zinsly foi aceita, tendo em vista dois argumentos principais:

1) *O processo administrativo não teve tramitação correta segundo o Regimento da USP.*

A Congregação da Esalq não acatou as conclusões da comissão processante. Isto é, ela decidiu não aplicar a punição que foi recomendada.

Sendo a comissão processante originária na própria unidade, o processo deveria se encerrar com a decisão da Congregação e, como não houve recurso à decisão tomada, não poderia seguir a uma instância superior. Note que a Congregação da Esalq já reafirmou sua decisão de absolvição dos envolvidos por três vezes, a última em 20/8/98 quando enviou representação ao Reitor.

2) *As acusações além de não serem precisas, não estão suficientemente comprovadas com fatos e autoria.*

Não foi possível até hoje determinar o eventual prejuízo que a universidade sofreu. Frases a esse respeito, ditas durante a reunião do CO de março, não correspondem às informações constantes do processo.

As acusações de roubo e remarcação de gado trazem consigo uma antipatia, à priori, aos envolvidos. Para



Marcos, Roberto e Daciberg analisam o processo contra Zinsly.

muitos, a famosa frase do direito se inverte, isto é, eles são culpados até provarem sua inocência! Para os participantes do CO, a decisão também pode não ter sido fácil. No meio de tantos afazeres, estudar um denso resumo (mais de 150 páginas) recebido às vésperas da reunião, torna difícil uma decisão mais embasada. O caminho escolhido por muitos é seguir a opinião apresentada no parecer do relator.

A diretoria da Adusp não poderia se omitir diante das considerações apresentadas pela comissão supra mencionada e está ciente da sua responsabilidade ao apoiar o docente acusado.

Estamos convencidos de que um professor Associado, com 37 anos de USP, foi demitido injustamente e lutaremos para que isso seja revertido.

Páginas 3, 4 e 5

Candidatos dizem o que pensam da universidade pública

Para conhecer o que pensam os candidatos ao governo do estado de São Paulo sobre as universidades públicas estaduais, a Adusp encaminhou duas perguntas para que eles se posicionassem. Compare as respostas de Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PPB), Francisco Rossi (PDT) e Marta Suplicy (PT) e veja quem tem mais afinidade com o ensino público.

Páginas 6, 7 e 8

Adusp propõe debate com os candidatos a vice-governador

A diretoria da Adusp está propondo para o dia 24 deste mês a realização de um debate na USP com os concorrentes ao cargo de vice-governador do Estado. Já foram contatadas as assessorias dos principais partidos. O debate está previsto de ocorrer à partir das 14h, em local que será divulgado oportunamente. A Adusp entende que este encontro contribuirá com o debate democrático de idéias.

Está na hora de acabar com os contratos precários

No dia 16 deste mês, representantes docentes nos órgãos colegiados e a Diretoria da Adusp estarão reunidos no Auditório Jacy Monteiro (IME), entre 12h00 e 14h00, para decidir o encaminhamento e as providências que serão tomadas com o propósito de exigir de regularizar os contratos precários na USP. A Adusp tem como ponto de partida plebiscito realizado em 1996, que definiu não só a forma de regularização dos atuais contratos precários, mas também que os novos contratos devam se dar através de concurso público.

Dados recentes apontam que 40% dos docentes da USP (cerca de 1900), estão contratados em regime precário, ins-

to é, seus contratos não se dão conforme o regime da CLT, nem como estatutário resultante de concurso público. Apesar destas serem as únicas formas de contratação previstas pela Constituição, A USP, ao contrário de outras estaduais paulistas, nunca se ocupou em resolver a questão.

A atual gestão da reitoria tenta resolver a situação dos docentes precários com pelo menos 15 anos de USP, através da concessão de verbas para abertura de concursos públicos. Apesar de a diretoria da Adusp reconhecer esta medida como indicativo de preocupação com a situação dos precários, não se pode esquecer que ela envolverá, no máximo, 256 docentes, segundos dados oficiais.

CONVERSAS NA CAPELA

Roberto Romano fala sobre os intelectuais e o poder

A Regional da Adusp em Ribeirão Preto organizou para o segundo semestre deste ano um ciclo de debates sobre globalização. O evento faz parte do projeto "Conversas na Capela", que pretende discutir temas relevantes do cotidiano brasileiro. O primeiro palestrante foi o senador Eduardo Suplicy, dia 20 de agosto.

O próximo debate será com o professor Roberto Romano (Unicamp) que falará sobre "Os intelectuais e o poder". O professor Renato Ortiz (Unicamp) tratará de "Globaliza-



ção e Modernização", dia 13 de outubro, e o professor Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ) debaterá "A produção de Ciência e Tecnologia na era da Globalização", dia 19 de novembro.

Os debates serão realizados na Capela Cultural do Campus da USP de Ribeirão Preto e começam às 20h30. Os encontros serão filmados e as fitas ficarão à disposição dos associados da Adusp. O projeto tem o apoio da Assessoria Cultural da prefeitura do Campus da USP de Ribeirão Preto, da APG-RP e dos Centros Acadêmicos.

Seminário discute graduação

A USP realizou dia 3 de setembro, o "II Seminário de Valorização do Ensino de Graduação", na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O Objetivo, segundo a Pró-reitoria de Graduação, é a discussão das atuais políticas de avaliação e a indicação de caminhos mais produtivos que possam ser seguidos pelos órgãos decisores da USP. Para o Pró-reitor de Pesquisa, Henan Chaimovich, o objetivo é ainda mais amplo. Para ele, devido sua importância, a USP tem obrigação de pensar a graduação, pois é seguida como modelo por outras universidades do país. O terceiro e último seminário deve acontecer em março do próximo ano, de acordo com as informações da professora Adelaide Faljoni-Alário (IQ), coordenadora dos eventos, pois haverá ainda um tempo de interação com a comunidade universitária para a discussão das propostas.

A professora Adelaide, mais os professores Marcos Masetto (FE) e Zilda Márcia Iokoi

(FFLCH) apresentaram as principais questões que os participantes do primeiro debate apontaram como essenciais na avaliação. As propostas, segundo a professora Zilda, pretendem fazer da avaliação um instrumento de melhoria na qualidade do ensino. Para conseguir esse resultado, continua a professora, a avaliação deve abranger os mais diversos ângulos do ensino, levando o professor a um aprimoramento constante.

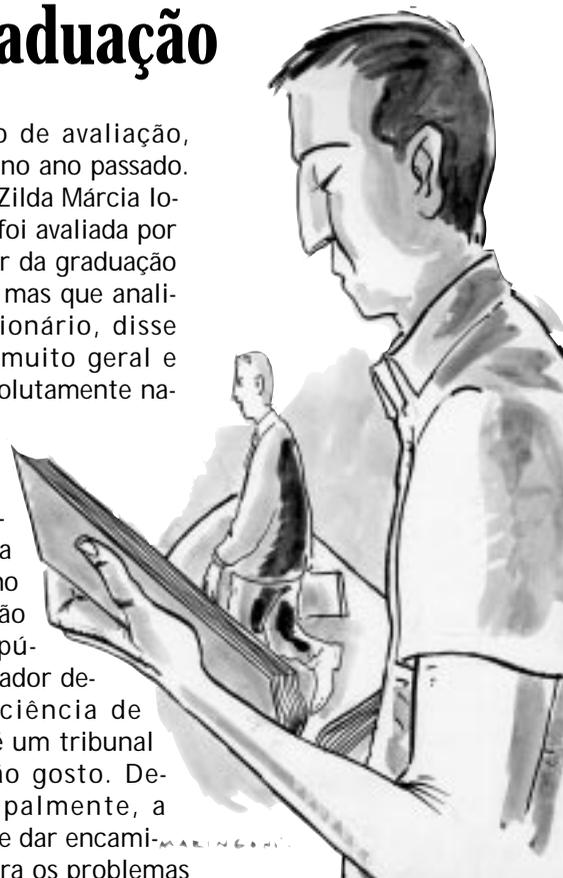
Na opinião dos professores e alunos que participaram do primeiro seminário, disse Zilda Iokoi, atividades como ministrar aulas em disciplinas básicas e optativas, orientar iniciação científica, orientar estágios supervisionados, orientar e encaminhar alunos, supervisionar atividades discentes, tutorias e plantões deveriam ter na avaliação o peso que possuem na realidade do ensino.

Durante os debates deste II Seminário, os alunos criticaram duramente os critérios e finalidades do primeiro

questionário de avaliação, que circulou no ano passado. A professora Zilda Márcia Iokoi, que não foi avaliada por não participar da graduação naquele ano, mas que analisou o questionário, disse que ele era muito geral e não dizia absolutamente nada para algumas áreas específicas. Depois a professora ainda criticou: "Acho que a avaliação tem de ser pública. O avaliador deve ter consciência de que ela não é um tribunal do gosto/não gosto. Depois, principalmente, a avaliação deve dar encaminhamento para os problemas detectados".

Segundo a professora Ada Pellegrini Grinover, Pró-reitora de Graduação da USP, a avaliação está ainda no âmbito restrito dos professores porque o processo está sendo aprimorado. Os seminários são, para a professora, o

espaço privilegiado desse aprimoramento. Ela considera que "os órgãos decisores da USP estão atentos para os resultados dos debates, de maneira que estes pesarão na elaboração da política de avaliação".



CASO ZINSLY

Não há indícios de apropriação indébita

Após analisar os 4 volumes do processo e os 5 anexos, a comissão designada pela Adusp e integrada pelos professores Marcos N. Magalhães, Daciberg L. Gonçalves e Roberto Ramos, chegou à conclusão de que não há indícios de apropriação indébita por parte do professor João R. Zinsly e que ele foi demitido da USP de forma injusta.

Qual foi o trabalho da comissão?

Marcos - A comissão analisou a totalidade do processo (4 volumes) incluindo os 5 anexos num total aproximado de 2100 páginas. Teve recentemente acesso a mais de 120 Atas do Conselho do Departamento de Genética compreendendo o período de 1983 a 1998.

Daciberg - Também lemos todas as declarações das testemunhas e procuramos identificar o que era informação comprovada daquilo que parecia ser uma opinião informal tipo "ouvi dizer que acontecia isso ou aquilo".

Roberto - Estudamos também a tramitação do processo. Existem várias idas e vindas à Consultoria Jurídica (CJ) e manifestações da Congregação da Esalq.

Como se iniciou esse caso?

Roberto - Parece que vinham acontecendo desentendimentos relativos a verbas de pesquisa e/ou divisão de áreas de experimentação, entre os docentes e, em especial, entre o Chefe do Departamento de Genética e o professor Zinsly. Em 07/05/93, Zinsly recebe um ofício do Departamento solicitando o dinheiro referente a vendas de gado e milho e explicações sobre "... a diferença entre o número inicialmente informado de bovinos e o número atual". Note que o ofício é dúbio e não explicita, por exemplo, o que se entende por "número inicialmente informado". A primeira leitura dá a impressão que tenha havido uma diminuição do número de bois, quando na verdade o ofício se refere a explicações sobre o aumento de animais. Sentindo-se ofendido com o ofício enviado, o pro-

fessor Zinsly recusou-se a responder as perguntas formuladas e declarou que só responderia em uma comissão de sindicância, pois desconfiava das intenções dos colegas de departamento.

Marcos - A partir desse episódio, o Conselho encaminhou o caso à Diretoria da Esalq, solicitando a abertura de uma sindicância na Estação de Anhembi. Do resultado dessa sindicância, o Diretor abre um processo administrativo e forma uma comissão processante.

Vocês leram os depoimentos?

Daciberg - Sim, eles estão no processo. Verificamos a coerência de vários deles. É interessante observar que a questão pessoal estava envolvida em todos os depoimentos, principalmente nos iniciais.

Roberto - Na verdade, alguns depoimentos de funcionários envolviam acusações genéricas que pouco tinham a ver com o caso.

E o depoimento do professor Zinsly?

Marcos - No seu primeiro depoimento ele foi muito agressivo e também fez várias acusações. Acho que isso aumentou ainda mais a animosidade e até mesmo a raiva de vários colegas.

Roberto - Em depoimentos posteriores o professor apresenta de forma mais organizada seus argumentos. É incrível que ele repete exaustivamente que não era coordenador da estação e os membros da Comissão Processante simplesmente ignoram e continuam cobrando uma responsabilidade acima de suas funções.



Marcos Magalhães, Roberto Ramos e Daciberg Gonçalves.

Finalmente ele era ou não coordenador da estação experimental?

Daciberg - A leitura atenta das mais de 600 páginas de 122 Atas do Conselho (período de ago/83 a jun/98) indica com clareza que seu pedido de demissão da coordenação feito em 1983 jamais foi modificado. Ao que pudemos constatar, os docentes que desenvolviam pesquisas na estação administravam suas necessidades e tentavam resolver seus conflitos em reuniões que nem sempre tinham sucesso. Existem registros de reuniões desse tipo nas atas de números 143, 150, 153, 179 e 221. O professor Zinsly tinha responsabilidade com seu projeto de pesquisa e, provavelmente, ajudava informalmente a administração da estação. Daí a passar a considerá-lo coordenador tem uma distância muito grande. Repito, não existe nenhum documento oficial no processo que indique que o papel de coordenador da estação experimental era do professor Zinsly. Portanto, seguindo a tradição verificada nas atas desde 83, o chefe de departamento é o responsável pela estação.

Quais são as acusações feitas ao professor Zinsly?

Roberto - As acusações finais foram: 1) falta de presta-

ção de contas à Universidade; 2) remarcação de gado e 3) uso indevido de bem público.

Marcos - É importante notar que essas acusações não se relacionam diretamente com as questões formuladas inicialmente pelo departamento.

A que se refere a primeira acusação? O professor roubou gado? Falaram no CO em prejuízo de 1225 cabeças de gado ao longo de vários anos.

Marcos - Dentre as questões iniciais do departamento havia algumas bem específicas a respeito de verbas obtidas com a venda de milho e gado. O professor Zinsly num dos seus depoimentos iniciais (conforme páginas 364-372 do processo) demonstra o que aconteceu em cada caso e, aparentemente, ninguém volta mais a esse assunto. Como ele também faz uma extensiva demonstração das entradas e saídas de verbas de sua Reserva Técnica de Pesquisa, não é claro a que esta acusação se refere. O quadro-resumo da CJ apresentado ao CO, constante da página 1067, indica que "permanece a prova à folha 865". Esta folha, que é parte do relatório da comissão processante, não contém nenhuma prova e apenas descreve a opinião sobre os depoimentos dos acusados.

Daniel Garcia

Daciberg - Não há prova de que houve roubo de gado. Dois funcionários, dentre os mais de 10 ouvidos pela comissão processante, mencionam que "viram sair muito gado da estação". Nenhum indício concreto é apontado.

Roberto - O número 1225 é realmente mágico. Ele aparece somente três vezes em todo o processo. A primeira vez numa declaração do funcionário João F. Silva (folha 14 do processo) afirmando "... de 87-93, foram vendidos 1225 leitões ". O número volta a aparecer num comentário de uma professora da Esalq durante a reunião da Congregação do dia 15/8/96 (registrado em ata) "... em 5 anos desapareceram 1225 cabeças de gado ...". A última aparição se dá no CO de 17/3/98 (registrado em ata), quando se perguntava sobre o prejuízo da USP no episódio: "... na verdade foi provado nos autos do processo ad-

ministrativo que desapareceram, em cinco anos, 1225 cabeças de gado que eram remarcadas e desviadas dos bens públicos da Esalq." Ao contrário dessa última afirmação fantasiosa, não há nada no processo que sustente esses números e sua repetição em dois momentos decisivos é, no mínimo, infeliz.

E a estória da remarcação de gado?

Os dois rebanhos pertenciam ao departamento, podendo se transformar em verba de pesquisa quando necessário. Entretanto, um deles tinha uso restrito à pesquisa do professor Zinsly.



Daciberg - Após os conflitos se acirrarem no início de 1993, o professor Zinsly soli-

citou que um funcionário reforçasse a marca "O" nos animais que havia adquirido com verbas de seus projetos de pesquisa. Tentava deixar claro que aquele rebanho tinha origem na sua reserva técnica e não devia ser confundido com o da marca "X" que era remanescente do rebanho iniciado antes de 1983. É importante ressaltar que os dois rebanhos pertenciam ao departamento, podendo se transformar em verba de pesquisa quando necessário. Entretanto, um deles tinha uso restrito à pesquisa do professor Zinsly.

Roberto - Note que a recomendação de uso de áreas ociosas para criação de gado foi feita em 1983 (ver anexo da ata número 143) para evitar problemas com posseiros e manter a ocupação de toda área doada.

Marcos - A primeira vez que ouvi essa acusação imaginei uma coisa assim meio "te-

xana" envolvendo milhares de cabeças, talvez influência dos tempos de juventude vendo filme de faroeste. Pois bem, só para dimensionar a dita remarcação, os peritos constatarem marcas superpostas "X" e "O" em duas cabeças (conforme página 208 do processo), num total de mais de 400 animais do departamento, sendo 242 "X" e 182 "O". Zinsly reafirmou que não foi responsável por essa superposição. Poderá ter havido engano ou má fé de alguém, porém não há comprovação de quem fez as duas remarcações indevidas. Para acrescentar um pouco mais de dúvida sobre a acusação, os ferros de marcar ficavam guardados na estação e a visita dos peritos se deu 3 meses após o professor Zinsly e o funcionário acusado estarem impedidos de entrarem na estação experimental. É bom enfatizar que as duas marcas "X" e "O" são do departamento.

Para entender o caso

A Estação Experimental de Anhembi foi criada a partir de doação de terras pela CESP na década de 70, tendo em vista que havia carência de áreas para os docentes realizarem suas pesquisas. O professor João Rubens Zinsly foi o docente responsável pela implantação e melhoramento da Estação, que ficou sob sua coordenação até 1983. No início não havia nenhuma benfeitoria no local e os galpões e prédios lá construídos devem-se em grande parte à insistência e perseverança do professor, conforme atestam os documentos da época.

Já havia sido formado nessa época um rebanho de gado com a marca "X" para atender a uma cláusula do termo de doação no sentido de não haver áreas ociosas, além de evitar problemas de posseiros. A partir de 83, o referido docente continuou visitando a estação para conduzir seus experimentos com milho. Os docentes do departamento, com verbas de pesquisa, tinham cada um uma conta bancária denominada Reserva Técnica, que era usada para financiar suas pesquisas. Era comum a aplicação de recursos dessas contas no mercado financeiro tendo em vista a alta inflação da época. Boa parte desse dinheiro vinha da venda dos produtos que eram objeto de pesquisa dos docentes (por exemplo: milho, soja etc.). Se

necessário, era vendido gado do departamento para financiar alguma iniciativa de compra de equipamento ou pesquisa.

Com conhecimento do departamento e havendo áreas de pasto ociosas na estação, Zinsly iniciou um novo rebanho com suas verbas de pesquisa. Esse gado era também do departamento mas tinha a marca "O", indicando que as rendas obtidas com esse rebanho seriam revertidas às suas atividades de pesquisa. As contas bancárias mencionadas acabaram sendo encerradas por determinação da chefia de departamento. Toda documentação financeira dessas verbas de pesquisa eram arquivadas na tesouraria do departamento. Atritos foram se avolumando e deram origem a um questionamento do Conselho ao professor Zinsly.

A cronologia abaixo enumera as principais etapas do processo. No momento de sua demissão, Zinsly era professor Associado com mais de 37 anos de USP.

Cronologia:

- 7/5/93: Departamento solicita esclarecimentos ao professor Zinsly.
- 23/6/93: Iniciam-se os trabalhos da Comissão de Sindicância.
- 15/9/93: O relatório final da Comissão de Sindicância é apresentado.
- 17/3/94: Iniciam-se os trabalhos da

Comissão Processante (processo administrativo).

- 17/4/96: O relatório final da Comissão Processante é apresentado.
- 19/6/96: Diretor da Esalq encaminha à Reitoria a parte do relatório referente aos funcionários e a Congregação a parte referente ao docente.
- 15/8/96: Congregação da Esalq não aprova punição ao docente por falta de provas.
- 13/11/96: Congregação nomeia comissão para redigir uma motivação sobre a decisão de não punição.
- 12/12/96: Congregação aprova os termos da motivação.
- 20/3/97: Congregação reafirma o não acatamento da punição ao docente proposta pela Comissão Processante.
- 16/5/97: Reitor encaminha o processo à Comissão de Legislação e Recursos (CLR).
- 9/3/98: A CLR acata as decisões da Comissão Processante e recomenda ao CO a demissão do docente.
- 17/3/98: O CO aprova o parecer da CLR.
- 20/8/98: Congregação da Esalq envia representação ao Reitor solicitando reversão da decisão do CO com a consequente readmissão dos demitidos.

E o uso indevido de bem público?

Roberto - A acusação aqui parece ser de que o Zinsly sabia, e não denunciou, que os funcionários mantinham gado no pasto da estação experimental. Eram, em 20/4/93, cerca de 43 animais pertencentes a 3 funcionários segundo a folha 20 do processo. Teriam ainda usado vacinas e remédios da Esalq em seus animais.

Daciberg - Os funcionários argumentam que a chefia de departamento sabia disso pois esse uso fazia parte de uma troca por férias que não haviam sido gozadas por eles. O professor Zinsly alega que, por não ser coordenador, esse não era problema de sua competência e sim da chefia que freqüentemente fazia acordos informais com os funcionários, tendo em vista que estes moravam na estação e mantinham horários diferenciados de trabalho.

O que vocês podem dizer da tramitação do processo?

Daciberg - A comissão processante, após dois anos de trabalho, entregou seu relatório ao Diretor da Esalq que aceita suas conclusões e encaminha à Reitoria a parte referente aos funcionários e à Congregação a referente ao docente. Até aqui tudo bem. A Congregação não aceita a punição proposta por entender que não existem provas suficientes e redige uma "motivação" da sua decisão. Não houve recurso formal a essa decisão e, portanto, do ponto de vista regimental este caso está encerrado, pois a comissão processante se originou na Esalq e a Congregação é o seu órgão máximo, estando inclusive acima do próprio diretor.

Marcos - A coisa fica irregular na hora em que o Diretor encaminha o processo para a Reitoria. Poderia ter sido para uma mera "ciência", tendo em vista que os funcionários estavam com o seu caso lá, mas não foi. O que de fato ocorreu foi uma

intervenção branca de um órgão superior na decisão soberana da Congregação.

Mas não houve a tal "falta de motivação da decisão" por parte da Congregação?

É importante ressaltar que todos em Piracicaba achavam que o caso estava encerrado com a decisão da Congregação.



Marcos - A discussão foi realizada em mais de 4 reuniões das Congregação. Após a 1ª decisão de inocentar o professor Zinsly, houve uma recomendação da CJ para que a decisão fosse justificada e isto foi feito por uma comissão nomeada pela Congregação. O que é inaceitável é que a CJ decida se a motivação está boa ou não!

Roberto - É importante ressaltar que todos em Piracicaba achavam que o caso estava encerrado com a decisão da Congregação e a apresentação da referida motivação. Um ano depois, sem ninguém saber, incluindo o acusado, o caso vem ao CO que demite o docente.

Como estava o ambiente no departamento de Genética durante esse processo?

Marcos - É possível perceber pelas atas que o clima estava pesado por lá. Diversas solicitações de documentos do professor Zinsly não eram atendidas e sistematicamente encaminhadas à comissão processante por mais simples que possam ser (conforme atas de números 226, 232, 236 e 237).

Daciberg - Na reunião do Conselho de 15/8/96, realizada pela manhã (ata de número 246), no item 3 de sua pauta, consta, referindo-se ao processo administrativo: "Para o Conselho do Departamento não há argumentos suficientes para uma decisão radical, conforme penalidade

proposta pela CJ. A preocupação é de que uma injustiça seja cometida em virtude das incertezas das informações. Houve um consenso de que os dois extremos seriam indesejáveis, tanto o arquivamento do processo quanto a demissão dos envolvidos pois não há elementos suficientes para que seja aceita uma proposta de pena máxima". O Conselho faz sugestões de colocar o docente em disponibilidade e realocar os funcionários acusados, além do ressarcimento dos prejuízos apurados. Neste mesmo dia, à tarde, a Congregação não acata (pela 1ª vez) o parecer da comissão processante.

E a discussão no Conselho Universitário?

Roberto - O caso chegou ao CO em 17/03/98 e, apesar de sua importância, já que lidávamos com o destino de um professor que havia dedicado 37 anos de sua vida à Universidade, o caso foi muito pouco debatido. O então representante da Congregação da Esalq fez um breve relato do caso, sem frisar que a decisão do Conselho do Departamento de Genética e da própria Congregação da Esalq estavam sendo desrespeitadas. Como já foi mencionado, toda tramitação no último ano era desconhecida da Congregação e do docente. O professor Zinsly só tomou conhecimento de que o caso seria julgado pelo CO no dia anterior e, dessa forma, não foi dada a ele e nem aos membros da Congregação qualquer oportunidade de questionamento sobre a validade dos últimos procedimentos. Como representante dos professores assistentes no CO fui contatado momentos antes do início da reunião. Recebi por fax alguma documentação e fui informado da opinião da Congregação. Apresentei essas considerações na tentativa de sensibilizar os demais conselheiros, mas não tive sucesso. Perguntei explicitamente (ver

ata do CO) sobre o prejuízo da USP e recebi a resposta das "1225 cabeças de gado". Isto, aliado ao clima de "vamos fazer justiça com o ladrão de gado", determinaram a demissão do docente.

E a Esalq como recebeu a notícia da demissão?

Marcos - A surpresa foi geral. Entretanto, as dificuldades burocráticas para a defesa do docente continuaram. Foi negado acesso as atas do Conselho do Departamento de Genética solicitadas pelo professor Zinsly. Como relatado no último Informativo Adusp, as atas foram obtidas somente através de liminar da Justiça. Por meio de assinaturas foi solicitada uma reunião extraordinária da Congregação para discutir o caso. Após várias reuniões, a Congregação do dia 22/08/98, reafirma mais uma vez sua decisão anterior e encaminha ao Reitor um pedido de reconsideração da decisão do CO.

E a alternativa da Justiça Comum?

Via Justiça Comum ou por reformulação da decisão do CO esperamos que seja revertida a injustiça cometida e se obtenha a reintegração do referido professor.



Marcos - Os funcionários acabam de conseguir uma liminar de reintegração. A argumentação foi técnica e baseou-se em dispositivo que requer que os funcionários sejam processados a partir de comissão formada pelo CTA da unidade, o que não foi o caso. Quanto ao professor Zinsly, a liminar não foi conseguida e os advogados estudam as alternativas a serem seguidas. Via Justiça Comum ou por reformulação da decisão do CO esperamos que seja revertida a injustiça cometida e se obtenha a reintegração do referido professor.

Saiba o que pensam os candidatos sob

No próximo dia 4 de outubro, o eleitor brasileiro estará escolhendo os novos governadores de Estado, os deputados federais e estaduais, renovando 1/3 do senado, e votando em primeiro turno no presidente da República. Para conhecer o que pensam sobre a educação pública no estado de São Paulo, o Informativo Adusp encaminhou duas perguntas (veja ao lado) para os cinco candidatos melhores colocados nas pesquisas de intenção de voto. Apesar de convidado, Orestes Quércia não encaminhou as respostas à Adusp.

Mário Covas

O Estado de São Paulo tem uma relativamente boa rede pública para formação de recursos humanos qualificados: três universidades estaduais de primeira linha – USP, Unicamp e Unesp –, um conjunto de 99 escolas de ensino técnico e 9 faculdades de tecnologia do Centro Estadual de Educação de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, além de 6 faculdades independentes. Unidades de ensino e pesquisa da esfera federal somam-se a 18 Institutos de Pesquisa estaduais paulistas para completar uma complexa rede de entidades públicas voltadas para o ensino e a pesquisa no Estado.

O setor não estatal, que hoje responde por cerca de 85% das matrículas do terceiro grau no Estado de São Paulo, atua de forma ampla e diversificada, com faculdades e universidades comunitárias e privadas que mostram, nos últimos tempos, um progresso em termos da qualidade do ensino ofertado à comunidade. Todo este sistema de ensino superior passa, cada vez mais, a se beneficiar das profundas melhorias promovidas pelo Governo Covas no sistema de ensino de 1º e 2º graus, uma das

maiores obras da atual administração.

A comunidade de São Paulo conta ainda com um importante mecanismo de fomento a pesquisa através da Fundação de Amparo a Pesquisa – Fapesp –, reconhecida como modelo, no Brasil e no exterior. A coordenação do sistema de C&T e sua articulação com a sociedade é realizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, e Desenvolvimento Econômico – SCTDE –, que conta com o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, o CON-CITE, elemento indispensável para conceber políticas e diretrizes para o setor.

O Governo Covas sempre esteve convicto de que o desenvolvimento socioeconômico está cada vez mais dependente de uma forte sustentação científica e tecnológica. Por isso manteve e manterá o compromisso de repasse de recursos à Fapesp, bem como a vinculação orçamentária das universidades estaduais, na certeza de que este investimento de recursos do contribuinte paulista tem um alto retorno para a comunidade. Dentro destas regras e com o ajuste fiscal (batalha contra a sonogação, incremento da pro-



atividade na atuação fazendária e racionalização de gastos) eleito como princípio básico de governabilidade, o compromisso com o desenvolvimento do setor de C&T é inegável.

As Universidades Estaduais Paulistas – USP, Unicamp e Unesp – constituem modelos referenciais no país e no exterior em termos de desempenho e excelência acadêmica. Responsáveis por mais da metade da produção científica brasileira, as universidades paulistas colocaram o Brasil no seleto clube dos vinte países que mais produzem ciência em todo o mundo. Nos últimos anos a Fapesp também avançou no sentido de ampliar sua atuação junto a projetos especiais como o “Genoma”, inovação tecnológica, pequena e média empresa, infra-estrutura de pesquisa, entre outras importan-

tes iniciativas.

Com o eventual anúncio de uma ampla reforma tributária, deverá ser fixado, para as Universidades, um percentual da arrecadação líquida do Estado, no mínimo equivalente ao repasse atual de recursos. A busca de recursos não orçamentários também será incentivada, sem prejuízo da contribuição hoje transferida do orçamento estadual.

A desoneração das despesas com aposentadorias é outro elemento crítico para a manutenção do fluxo de recursos voltados para a plena realização das missões da Universidade. Assim, deverá ser incentivada a implantação de um Fundo de Aposentadoria, cujos estudos já estão em andamento.

O compromisso mais geral da nova gestão de Mário Covas é motivar nas Universidades a busca de novas metodologias pedagógicas que, sem prejuízo da qualidade do ensino, permitam aumentar substancialmente o número atual de estudantes matriculados, particularmente nos cursos de graduação. Também o seu envolvimento com atividades de extensão serão incentivados, mantida a autonomia nas esferas acadêmica e administrativo-financeira.

GOVERNADOR

re as universidades públicas estaduais

Pergunta 1

Qual sua política para as universidades públicas estaduais?

Pergunta 2

Que medida prática o sr (a) pretende adotar para acabar com a sonegação fiscal no Estado?

Paulo Maluf

Resposta da pergunta 1

O principal compromisso do governador Paulo Maluf será com a melhoria da qualidade do ensino público do Estado de São Paulo em todos os seus níveis, desde o básico até o superior. Hoje, a qualidade desse ensino deixa muito a desejar. A realidade do ensino público está aquém das expectativas e necessidades sociais, e não é adequada às exigências da modernidade. A crise pela qual passa o Sistema de Ensino Público Estadual agravou-se muito nos últimos três anos.

No Brasil, para cada 100.000 habitantes, pouco mais de 1.000 estão matriculados no ensino superior. Na Argentina, é mais do que o triplo - 3.300, chegando a 7.000 no Canadá. O curso superior noturno é um dos instrumentos para democratizar o elitizado acesso ao ensino superior, uma vez que oferece esta oportunidade para o aluno trabalhador. A Constituição Paulista de 1989 estabelece que as universidades públicas estaduais deverão manter cursos noturnos que correspondam a pelo menos um terço do total de vagas por elas oferecidas, no conjunto. O que não ocorre. Vamos fazer valer a Constituição.

Paulo Maluf vai envolver diversos segmentos sociais para adotar providências concretas para possibilitar que as universidades públicas absorvam a demanda existente.

É preciso rever ainda a atual adequação entre investimentos e necessidades financeiras das universidades públicas. A questão dos recursos é crucial. Há

que se pensar em racionalização de gastos e diversificação do sistema, que deve ter como base o número de alunos atendidos. Uma das características do sistema paulista é o elevadíssimo custo per capita do aluno de ensino superior, mais elevado do que o de muitos países desenvolvidos.

Vamos adequar a educação superior às rápidas transformações da sociedade brasileira, desvinculando-a do modelo único de universidade de pesquisa. Vamos garantir a autonomia das universidades e dotá-las do quadro docente necessário ao pleno funcionamento dos cursos. Iremos ampliar os programas de pós-graduação e estimular programas especiais de titulação e capacitação de docentes, ao mesmo tempo em que revisaremos e ampliaremos os incentivos à pós-graduação e à investigação científica, tecnológica e humanística.

Além de parcerias com instituições nacionais e internacionais, é preciso igualmente reformular os atuais processos de seleção e admissão ao ensino superior, de forma a permitir que a grande maioria do alunado excluído da Universidade pública - por falhas na sua formação anterior - a ela tenha acesso.

Resposta da pergunta 2

A estrutura de impostos no Brasil é confusa, complexa, ineficiente, injusta e cara. Ela custa muito para as pessoas, as empresas e o próprio governo. Emperra o desenvolvimento e dificulta a criação de empregos.

São quase 60 tipos de taxas, tributos, impostos e contribui-



ções. Os índices de sonegação e corrupção são dramáticos, obrigando o governo a elevar os impostos para compensar a perda na arrecadação. Com impostos maiores, surgem formas mais sofisticadas de sonegação, encarecendo os custos de arrecadação.

O governador Paulo Maluf entende que para diminuir a sonegação fiscal é preciso em primeiro lugar simplificar o sistema tributário. Para tanto, sua primeira medida será a adoção plena do Simples (sistema que reúne diversos impostos em um só, diminuindo também o percentual a ser pago). Esse é um programa do governo federal, que é do PSDB, mas não foi adotado integralmente pelo atual governador paulista, que também é do PSDB. Contudo, para Paulo Maluf, o Simples não é a solução final para o problema tributário e sim o Imposto Único, concebido pelo professor Marcos Cintra, que é o coordenador do seu Programa de Governo e candidato a deputado federal.

A proposta de Marcos Cintra prevê a substituição de todos os impostos pelo Imposto Único sobre Transações Financeiras. Em qualquer transação financeira haverá um imposto de 1% sobre quem paga e de 1%

sobre quem recebe.

Com o imposto único, os preços das mercadorias e serviços caem e os salários líquidos sobem. Para as empresas, o Imposto Único também é bom. Elas vão pagar menos impostos. Seus custos cairão, porque não haverá mais qualquer formalidade contábil. Serão eliminadas as exigências de emissão de notas fiscais, preenchimento de guias de arrecadação, declarações de renda ou de bens etc. O governo também ganha. O Imposto Único mantém o nível de arrecadação com enorme redução da burocracia. A sonegação e a economia informal vão desaparecer. Porque sonegar vai ficar mais caro do que pagar o imposto único. Com a enorme ampliação do número dos que pagam impostos, todos pagarão menos do que hoje. Quando todos pagam, todos pagam pouco.

Para Paulo Maluf, o Imposto Único é a grande solução para que o Brasil possa retomar seu ritmo histórico de crescimento, de 7% ao ano, mínimo necessário para que a nossa economia incorpore os desempregados - resgatando a nossa dívida social - e não condene os jovens ao desemprego, ao desespero, às drogas, à marginalidade, à violência.

O Imposto Único só pode vir a ser realidade se o Congresso Nacional votar lei introduzindo-o no Brasil. Paulo Maluf entende que o Congresso Nacional irá apoiar o projeto que Marcos Cintra irá defender na próxima legislatura, se eleito deputado federal. Porque só é contra o imposto único quem é sonegador ou compactua com a sonegação.

Marta Suplicy

A crise da educação se estende a todos os níveis em nosso país. Na educação superior, o Brasil tem 1080 estudantes para cada grupo de 100 mil habitantes e São Paulo tem 1600, contra 2400 no Chile e Uruguai, 3300 na Argentina, 5600 nos EUA e 7000 no Canadá.

A insuficiência de recursos públicos está na raiz do problema: o Brasil investe cerca de 0,5% de seu PIB no ensino público superior, fazendo com que a grande maioria dos jovens não tenha acesso a instituições públicas. Em São Paulo, cerca de 85% das vagas oferecidas estão no setor privado da educação superior. Por outro lado, apenas 0,1% dos jovens paulistas conclui curso superior em uma instituição federal, enquanto nos outros estados esse percentual é de 1,2%. Nosso governo fará gestões em Brasília para que, em parceria com o Estado, sejam ampliadas as ofertas da rede pública.

É importante notar que a seleção econômica expulsa prematuramente do sistema escolar um enorme contingente de jovens. Apenas cerca de 22% dos brasileiros e 32% dos paulistas concluem o segundo grau. Desta forma, observamos que qualquer política de expansão do ensino superior público deve vir acompanhada de uma política de expansão muito mais significativa do ensino médio.

Dado este quadro, nosso governo terá como metas:

1) Expandir o ensino superior, aumentando em 50% o número de estudantes, com a correspondente contratação de professores.

2) Instalar, sem onerar as universidades paulistas, a Universidade do ABC, de acordo com a lei 9.083/95, aprovada pela Assembléia, e em parceria com os municípios da região.

3) Imediata observância da disposição constitucional que exige um terço das vagas no ensino superior estadual em cursos noturno.

4) Como referência para o custo de um estudante no ensino superior público no processo de expansão deve-se tomar como padrão o valor correspondente a cerca de 60% da renda per capita estadual.

5) Promover, por meio de convênios, trabalho de formação dos profissionais da Educação Básica pública.

6) Regulamentar e exercer, a curto prazo, o papel fiscalizador do Estado sobre as escolas pagas, visando a melhoria de sua qualidade.

7) Propor o desenvolvimento de projetos conjuntos de apoio a micro, pequenas e médias empresas.

8) Propor programas de colaboração para a geração de emprego e renda.

9) Fortalecer as ações da Fapesp e ampliar pólos, parques e incubadoras de base tecnológica, além de criar Centros de Pesqui-



sa Aplicada e de Desenvolvimento Regional Setorial, em parceria com as universidades, as escolas técnicas, os institutos de pesquisa e a iniciativa privada.

Temos apresentado e estudado uma série de propostas de combate à sonegação fiscal. Entre as iniciativas está modernizar a área de arrecadação tributária, incluindo a reformulação de procedimentos e a revisão geral de organogramas e atividades, com base em metodologias atualizadas de Organização e Método.

Queremos intensificar a fiscalização tributária, concentrando a atuação dos fiscais sobre os grandes contribuintes e sobre os setores reconhecidamente persistentes na atitude sonegadora. Este item implica necessariamente investimentos na ampliação do número de fiscais e na qualificação profissional do conjunto do quadro funcional, além de melhoria salarial, mais severidade contra abusos e corrupção, modernização e informatização plena da área.

Também é preciso conquistar a adesão da população para a luta contra a sonegação, por

meio de campanhas populares e voltadas a formadores de opinião (incluindo movimentos sociais, entidades representativas e lideranças comunitárias), apontado para o exercício da cidadania. Uma das idéias é instituir a Nota Cultural, que consiste em trocar notas fiscais por ingressos para espetáculos, shows e jogos.

Em contrapartida, deve haver um dispêndio efetivo e eficiente dos recursos públicos nas áreas sociais e na redução das desigualdades regionais, bem como um grande esforço pela transparência das finanças públicas. Balanços sociais, prestação de contas periódica à sociedade em linguagem acessível a todos e o Orçamento Participativo, ao lado de maiores despesas sociais, contrabalançarão as campanhas voltadas ao público em geral buscando a exigência de notas fiscais e a fiscalização cidadã.

Finalmente, desenvolveremos um amplo projeto de revisão da política tributária, tendo como objetivo principal estimular as pequenas e microempresas a sair da informalidade em que se encontra boa parte delas. Isenção para as microempresas e faixas módicas de contribuição para as pequenas, proporcionais aos níveis diferenciados de faturamento, feitas de forma suportável e amplamente discutidas com esse segmento e com a sociedade, devem ampliar o número de contribuintes distribuindo melhor a carga fiscal.

Francisco Rossi

Resposta da pergunta 1

As universidades representam o padrão de civilização que você quer alcançar e nós estamos prestigiando permanentemente as universidades do Estado, onde se faz 60% da pesquisa nacional. Consideramos que 9,57% do ICMS é um índice que, se bem administrado, dá para se ter um padrão extraordinário de ensino dentro de nossas universidades.

Nós vamos ter que buscar outras fontes de receita. Acredito que temos que estimular não somente as parcerias já estabelecidas com diversas empresas, mas também contribuir

para muitas outras, resguardada a autonomia, com o próprio governo do Estado ou com a iniciativa privada. Um país sem pesquisa é um país sem futuro.

Resposta da pergunta 2

Um governo que é eficiente nas ações é eficiente nos controles. Eficiência de controle se consegue, cada vez mais, com o uso de tecnologias da comunicação hoje disponíveis. Há pelo menos dois aspectos a se considerar para se evitar a sonegação. Um deles, é ter uma máquina pública desburocratizada, porque a burocracia é o berço da corrupção. É com as dificuldades criadas pela



burocracia que se criam facilidades para a corrupção. Então, vamos desburocratizar o Estado, o que simplifica a vida do cidadão e evita corrupção, porque as coisas ficam mais transparentes.

Outro aspecto, que não é propriamente responsabilida-

de do governador, mas é uma batalha que nós podemos e devemos iniciar é uma efetiva reforma fiscal, que facilite também o cidadão e não promova a economia informal. Hoje, calcula-se que 50% de nossa economia é informal. É fundamental atrair a economia informal para sua oficialização. Isso você conquista através de impostos mais fáceis e menos impostos, para que o contribuinte prefira pagar os impostos a ser multado. Quando se conseguir atingir esse condicionamento das pessoas, você vai diminuir a economia informal e o governo vai arrecadar mais impostos e de forma mais fácil. Esse é o caminho.

Avaliação da Capes em debate

A avaliação dos cursos de pós-graduação feita pela Capes continua a repercutir no interior das universidades brasileiras. Dos 1.293 cursos avaliados, 7,3% (94) ficaram com notas 1 e 2, enquanto 9,5% (123) receberam notas 6 ou 7. A escala de avaliação vai de 1 a 7, representando as notas 6 e 7 julgamento de excelência. Para analisar esta avaliação da Capes, publicamos artigo do professor João Zanetic (IF) e depoimentos dos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira, coordenador de pós-graduação de geografia humana, e Sílvio Roberto de Azevedo Salinas, diretor do Instituto de Física.

Área de Educação

João Zanetic

Durante as férias escolares, péssimo período para essa tarefa, todos os programas de pós-graduação do país estavam envolvidos numa atividade com data marcada: preencher os complicados instrumentos de coleta de dados estabelecidos pela Capes para efetuar a avaliação dos programas de pós-graduação do biênio 96/97. O programa em que estou envolvido, Mestrado em Ensino de Ciências (Modalidade Física), por exemplo, solicitou que todos os docentes envolvidos elaborassem relatórios de suas atividades. Com base nessas informações recolhidas diretamente nos dados acumulados nos dois anos anteriores pela secretaria do programa e nos critérios estabelecidos na avaliação do biênio anterior, a tarefa foi realizada. É claro que acrescentamos também uma análise qualitativa de nosso desempenho nesses dois anos. Feita a tarefa, ficamos aguardando os resultados do processo, com a expectativa de superar o antigo conceito C do biênio anterior.

Esse processo, baseado em critérios que foram modificados após a coleta das informações pelos programas, estabelecia como padrão de excelência de um programa, ao qual poderia ser atribuída a nota máxima 7, a condição de que tivesse "nível internacional". Por razões totalmente incompreensíveis, aos programas exclusivos de mestrado acadêmico a nota máxima seria 5. Dos que se enqua-

dravam nessa categoria, 24 dos 46 programas avaliados, nenhum recebeu conceito 5. Dos demais, a única nota 7, nesta área, coube ao mestrado/doutorado em história e filosofia da educação da PUC/SP, coincidentemente coordenado pela coordenadora da Comissão de Avaliação da Área de Educação deste biênio! Aliás, em conversas com colegas de outras áreas, constatei que esta não foi uma prática exclusiva dessa Comissão.

Para se ter uma idéia do grau de descontentamento que os resultados e critérios estabelecidos geraram, reproduzo a seguir uma versão preliminar de um documento elaborado por representantes de programas de pós-graduação em Educação da região sudeste do país. Tomo esta liberdade devido ao fato de ter sido minha a sugestão dessa iniciativa na reunião desses representantes.

Documento dos coordenadores da regional-sudeste versão preliminar

"Os coordenadores dos Programas de Pós-graduação em Educação da Regional Sudeste, num total de 24, reunidos na Faculdade de Educação da UFRJ, no Rio de Janeiro, no dia 14/8/98, após analisarem os resultados da avaliação Capes da Área de Educação, manifestaram o seu descontentamento geral em relação a esses resultados, independentemente do conceito recebido, e resolveram que fosse

elaborado um documento que refletisse o mal estar geral e indicasse os pontos críticos da avaliação considerados consensuais.

Os critérios adotados pela Capes para o sistema de avaliação do biênio 96/97 refletem a existência de um modelo único de pós-graduação, orientado por padrões internacionais de qualidade e de excelência, que não leva em conta nem as condições reais em que a universidade brasileira se encontra no momento histórico atual nem a peculiaridade das diferentes grandes Áreas. Esse modelo único está longe de representar o pensamento do conjunto da comunidade acadêmica científica do país, em particular, da Área de Educação.

Os critérios e o sistema de conceitos que nortearam a avaliação foram modificados após o envio dos dados e definidos sem uma prévia e ampla divulgação aos programas.

É incompreensível a utilização de escalas de notas diferentes para os programas de mestrado exclusivamente acadêmico e para os programas com doutorado, valorizando estes em detrimento daqueles.

Os resultados, traduzidos nos conceitos atribuídos aos vários programas de pós-graduação de Educação, não refletem, adequadamente, a realidade da Área, evidenciando-se sérias distorções tanto em Programas que receberam conceitos mais altos quanto em Programas



Daniel Garcia

que receberam conceitos mais baixos.

Os resultados refletem a priorização de um modelo de pós-graduação que, se atende à opção de certos programas sediados em universidades que priorizam a pós-graduação, não corresponde à natureza e à estrutura de outras universidades onde, historicamente, a pós-graduação está vinculada à graduação, à extensão e não tem um caráter elitista, formando tanto pesquisadores quanto docentes e pesquisadores. Isso cria um embate político ideológico de graves consequências para a Área.

Por razões que cabe à Comissão de Avaliação da Área de Educação justificar, as avaliações não refletem a história dos Programas, suas dificuldades de registro de dados, suas peculiaridades e a dinâmica dos seus processos de mudança, expressos nas auto avaliações. Verifica-se também a falta de contato da Comissão de Avaliação com os Programas a fim de

pedir informações e esclarecimentos em casos de dúvida e de constatação de erros grosseiros existentes nos dados do relatório.

Dado o papel que a avaliação da Capes exerce sobre o presente e o futuro dos Programas e o impacto que ela produz na sociedade, em particular no caso das universidades públicas, considera-se grave a existência de falhas e vieses na avaliação.

Existe uma apreensão geral entre os coordenadores da regional quanto à Comissão que analisará os recursos e quanto à maneira como eles serão analisados. Se a presença nessa Comissão de parte dos integrantes da primeira é considerada fundamental, a presença de outros avaliadores, com posições independentes, é importante para garantir a imparcialidade e a objetividade da sua análise."

Esse documento não reflete fielmente o nível de indig-

nação que reinou na reunião nele mencionada. Apenas os representantes de três programas, justamente os que fizeram parte da Comissão de Avaliação, não partilhavam desse sentimento. Todos os demais, mesmo aqueles representando programas que tiveram bons conceitos, criticavam o trabalho da Comissão. Ficou claro que qualquer que fosse a constituição da comissão, os resultados não seriam muito diferentes do que foi produzido se seus membros se pautassem pelos critérios estabelecidos pela direção da Capes. Esta parece agir como correia de transmissão das diretrizes empresariais emanadas da equipe governamental e que conta com respaldo de amplos setores da mídia, como ficou evidente nas notícias veiculadas com relação à recente avaliação da Capes.

A avaliação cuidadosa de qualquer atividade que é mantida pelos impostos pú-

blicos só pode ser defendida. Porém, quando os critérios que balizam tal avaliação não são elaborados de maneira rigorosa e transparente, atendendo a interesses claramente explicitados, neste caso, seja dos que produzem conhecimento, dos que são responsáveis por sua manutenção ou dos que são direta ou indiretamente beneficiados, vamos nos deparar com problemas complicados.

Este processo de avaliação da Capes, pelo que eu saiba, descontentou a muitas outras áreas ainda mais que no biênio passado. Esse desagrado é acentuado pela exagerada, e muitas vezes incorreta, utilização de seus resultados pelos noticiários recentes de jornais e revistas. A não ser que esta seja uma nova interpretação do famigerado conceito de parâmetro de impacto das publicações! Cabe a essas áreas as devidas e necessárias manifestações no sentido de es-

clarecer a opinião pública sobre o teor e magnitude desse processo de avaliação.

No que se refere particularmente à área em que meu programa está inserido, termino esta breve análise com a seguinte constatação: observando os resultados dos programas localizados em São Paulo, não consigo aceitar uma avaliação que, ao mesmo tempo que atribui conceito 7 para um programa de Educação da PUC, atribui, respectivamente, conceitos 4 e 3 para os programas das Faculdades de Educação da USP e da Unicamp. É como se tivéssemos construído um modelo para medir altura de elefantes e várias medidas resultassem em torno de meio metro e continuássemos a aceitar o modelo como legítimo! A evidência de equívoco, ou de má fé, é muito grande!

João Zanetic é professor do Instituto de Física/USP.

DEPOIMENTO

Capes não debateu novos critérios com pós da Geografia

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

É evidente que todos nós estamos de acordo que a universidade tem de ser avaliada. No caso específico da área de Geografia, o que aconteceu é que a Capes não tomou a iniciativa de discutir com os programas de pós-graduação os critérios com os quais os cursos seriam avaliados. Nós recebemos as instruções para compor os relatórios sem saber quais seriam os critérios utilizados para fazer as tais medições dos índices que a Capes tomou como referência. Sei, por exemplo, que no caso de História, houve essa discussão.

No caso geral do problema dos critérios, a Capes adotou um núcleo básico de avaliação centrada nos professores efetivamente contratados pelas instituições que promovem esses cursos. Como ela

toma esse núcleo por referência, qualquer outro professor que faça parte do programa não pesa na avaliação. Surgem daí problemas seríssimos problemas, como no caso da nossa universidade, o dos professores aposentados. Aqueles que continuam trabalhando, exclusivamente nos programas de pós-graduação, não são computados na avaliação.

A Capes deveria chamar os programas de pós-graduação para a participar de um processo de discussão e assim incorporar sugestões para fazer a devida correção no sistema geral de avaliação. A democratização dos critérios de avaliação é que permitirá construir um conjunto de pontos centrais para que o sistema nacional tenha o sentido e o efeito desejados.

O programa de Geografia da USP foi rigorosamente punido pela comissão avaliadora. Tivemos na Geografia Humana nota 4 e na Geografia Física nota 5. Imediatamente procedemos a elaboração de um recurso que está na Capes em processo de julgamento. Fomos punidos porque a comissão tomou como pressuposto não o relatório 96/97 comparativamente a 94/95, mas muitas vezes comparou 97 com 96. Nas anotações que incluiu na avaliação, por exemplo, a comissão disse que ocorreu uma queda de publicações entre 96 e 97, quando, na verdade, o que estava sendo avaliado era o período de dois anos. Esqueceram, inclusive, de avaliar que o nosso programa de Geografia Humana representa o maior número de pu-

blicações do Brasil inteiro. Outra anotação dizia que grande parte dos professores do programa não estava publicando. Fizemos a contagem das informações constantes do relatório e constatamos que 80% dos professores do programa tinham publicações. Daí só se pode deduzir que a comissão não olhou corretamente o relatório.

O equívoco mais gritante é que nas tabelas de conceitos, Geografia Humana e Geografia Física tiveram avaliação idêntica, só que a primeira teve nota 4 e a segunda, 5. Isso mostra que existiram outros critérios, por nós desconhecidos, para a avaliação final dos programas.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira é coordenador de pós-graduação em geografia humana na USP.

DEPOIMENTO

Avaliação não reflete propriamente a qualidade dos cursos

Sílvio Roberto de Azevedo Salinas*

Os problemas com as avaliações foram diferentes em diferentes áreas. Na Pós-graduação em Física fomos muito bem classificados pela Capes. A Nota máxima era sete e obtivemos seis. Nossa única estranheza é por que não tivemos sete. Inclusive entramos com um recurso pedindo que isso seja esclarecido.

A explicação que tivemos até agora foi um pouco curiosa e precisa ser entendida pelo nosso corpo docente e pela comunidade em geral. Houve cerca de meia dúzia, ou talvez dez cursos de pós-graduação na área de Física que foram considerados muito bons e tiveram pelo menos nota seis. Entre esses cursos, foram escolhidos três que tiveram sete. O critério para pinçar os cursos

com sete foi um número chamado índice de impacto. Nas questões relativas à avaliação de pesquisas, trabalho docente etc, há uma série de medidas e o índice de impacto é uma delas. Uma pessoa publica um artigo em uma revista científica, depois esse artigo é citado por outros pesquisadores em outras publicações. Essa repercussão é medida internacionalmente, determinando o índice de impacto da revista.

A Capes olhou a lista de publicações do nosso corpo docente e fez uma média correspondente ao índice de cada uma das publicações. Então descobriu que apenas três cursos de pós-graduação em física tinham um índice superior, se não me engano, a 1.0. Dessa forma atribuíram sete a quem tem

índice superior a 1.0 e deixaram com seis quem tem índice inferior a 1.0, que foi o nosso caso. O problema é que é difícil até mesmo entender o que significa esse índice. Se não me falha a memória, ele é o número de citações dividido pelo número de exemplares da revista. Aqui no Instituto, houve uma discussão muito grande sobre isso, porque o índice não reflete muito a qualidade intrínseca da área. Reflete em parte a qualidade, porque é claro que um artigo melhor é mais citado, mas também o tamanho da área. Então há sérias distorções nisso.

Nossa impressão é que pelo fato de nosso Instituto ser muito amplo e abranger um leque muito grande de áreas da física, estamos sen-

do penalizados. É que existem institutos menores trabalhando em áreas restritas, como é o caso da Matéria Condensada, que tem um grande público interessado, o que acaba gerando também um índice de impacto muito maior.

Outro problema é que não tínhamos nenhum representante no comitê que tomou essa decisão de mudança. Como nosso curso é um curso que tem peso numérico etc, é estranho que não tivéssemos representação. Isso é ruim para a credibilidade da própria avaliação. Eu vejo ainda problemas nessas mudanças porque as notas saem na grande imprensa e podem dar a falsa impressão de que há cursos péssimos na USP.

Sílvio Roberto de Azevedo Salinas é diretor do Instituto de Física.

Atendimento Jurídico

Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão, seja ela de natureza administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita. Marque seu horário, envie questões, sugestões e críticas, por telefone ou e-mail.

Plantões na Capital

Quartas-feiras, das 9h00 às 13h00.
Telefones: 818-4465/818-4466/813-5573.
Fax: 814-1715.
E-mail: juridico@adusp.org.br

Plantões em Ribeirão Preto

Segundas e quartas-feiras, das 10h00 às 12h00.
Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520.
Fax: (016) 633-8066.
E-mail: juridicorp@adusp.org.br

Resumo do Relatório da Tesouraria - Julho/98

1. Receitas		
1.1.1. Contribuição Sócios	R\$	81.199,91
1.1.2. Repasse à Andes-SN	R\$	16.331,95
Contribuição Líquida	R\$	64.867,96
1.2. Rendimentos Fundo de Reserva Estatutário	R\$	489,04
1.3. Rendimentos Outras Aplicações	R\$	1.030,89
1.4. Outras receitas variáveis	R\$	4.092,51
Disponível	R\$	70.480,40
2. Despesas		
2.1. Pessoal/Encargos Sociais/13º/Férias	R\$	27.374,09
2.2. Assessorias	R\$	7.802,09
2.3. Comunicação	R\$	7.923,19
2.4. Eventos	R\$	4.551,88
2.5. Manutenção da Sede	R\$	5.612,96
2.6. Taxas e Tarifas Bancárias	R\$	1.036,44
2.7. Outros	R\$	1.641,59
Total Despesas	R\$	55.942,24
3. Ativo Financeiro		
3.1. Fundo Estatutário de Reserva	R\$	779.818,74
3.2. Outras Aplicações	R\$	164.923,02
3.3. Conta Corrente	R\$	13.288,95
Saldo Global de Julho	R\$	958.030,71
Saldo Global de Junho	R\$	943.492,55

ENTREVISTA

Espaço cultural pode aproximar docentes

Os representantes da Faculdade de Educação no CR-Adusp, Cecília Hanna Mate e Leandro La Jonquiére, expõem os problemas da unidade, discutem a gestão Marcovitch e sugerem mudanças que, segundo eles, podem aproximar Adusp e professores.

Quais os principais problemas dos docentes na Faculdade de Educação?

Cecília - Na Educação temos características próprias, por lidarmos diretamente com a realidade do ensino, mas nossos problemas não são muito diferentes de outras unidades. Temos trabalhos que nos assoberbam e temos a cobrança da Cert por um tipo de produção que nem sempre corresponde à nossa realidade: por exemplo, trabalhos publicados no exterior. A esse quadro, alinha-se a questão das perdas salariais. A maioria dos professores tem de complementar o salário com fontes externas de ganho. Quanto à pouca participação no movimento docente acredito que um dos motivos é o excesso de reuniões, de atividades e teses. O próprio funcionamento da universidade, paradoxalmente, acaba impedindo que o docente participe de atividades que podem mudar essa situação. Ao lado disso, a questão dos precários também gera muita insatisfação. No meu Departamento, que é o de Metodologia de Ensino e Educação Comparada (EDM), com 46 professores, temos a maioria na condição de precários.

Leandro - Existe a falta de professores motivada pelas aposentadorias e pela não abertura de claros. Na área de Psicologia da Educação esse é um problema que eu conheço de perto. Nós, por exemplo, tivemos de juntar duas salas,



Cecília Hanna Mate

formando uma de 150 alunos, por falta de professor. Tivemos também que deslocar professores para que dessem aulas que não estavam acostumados. A reitoria, com tudo isso, abriu um único claro emergencial. O problema que vejo é o do entendimento do que consideramos ser a universidade pública. O grosso da produção de ciência e tecnologia do país está alicerçado no sistema público de ensino superior. Esta produção tem a ver com a dedicação integral do docente e com sua liberdade para produzir. Se começam a dizer que não há dinheiro para contratar, os docentes vão ter de aumentar sua carga horária. E esse aumento tem limite. Acima desse limite, quebra-se o equilíbrio entre as atividades, que é exatamente a razão da excelência da Universidade.

Façam uma avaliação da atuação da nova reitoria.

Cecília - Pelo que eu pude perceber nos primeiros meses do ano, a reitoria parecia apontar uma política diferente das anteriores. Nos surpreendemos com a presença do reitor em assembleias e reuniões de conselho. Isso demonstrava a possibilidade de uma gestão democrática, coisa que alguns consideraram até animadora. Depois desse clima, vieram as reuniões do Cruesp e a imposição dos 3%, sem diálogo nem negociação. Essa atitude me pareceu ambígua. As razões orçamentá-



Leandro La Jonquiére

rias para um reajuste tão baixo deveriam pelo menos ser mais discutidas com a comunidade apresentando os números etc. Enfim, fazendo de fato uma negociação. Penso que os docentes ficaram bastante desapontados.

Leandro - Eu gostaria de chamar de "nova reitoria" qualquer gestão que não viesse a repetir os erros do passado. O principal erro é o inchaço da máquina burocrática acadêmica, que não tem nenhuma razão para existir. Esta política vai desde a compra despropositiva de escritórios e excesso de equipamentos ao preenchimento obrigatório de inúmeros relatórios por parte do professor. Um dia, sem ter pedido nada, cheguei em minha sala e encontrei mais uma mesa para computador. Ela ainda está ali, no canto, inútil. Também trocaram o monitor do micro sem a mínima necessidade.

Que propostas vocês têm para aumentar a inserção da Adusp junto aos professores?

Cecília - Precisamos conversar sobre novas formas de atuação. Eu tenho a sensação de que as formas tradicionais já não causam sensibilidade, por exemplo aprovação de paralisação com pouca discussão e baixo quorum. Poderíamos começar a atuar no meio docente com atividades culturais por exemplo. A Adusp poderia pensar num espaço com uma cinemateca, por exemplo, onde os professores pu-

dessem se encontrar e conversar. Promover ciclos de debates é outra alternativa igualmente interessante. A Adusp também poderia procurar idéias novas entre os professores, por meio de um formulário pedindo sugestões, perguntando o que a Associação poderia fazer pelos docentes e/ou junto dos docentes.

Leandro - Qualquer organização sindical hoje está passando por um momento particular, que tem a ver com a idéia de que as pessoas se salvam sozinhas. Não se sai desta situação fazendo sorteio de carros ou de viagens para Cancun. Se o que se quer é a aproximação, deve-se ir no sentido contrário desse sentimento de que é melhor estar sozinho. Nossa alternativa precisa ser alimentar no cotidiano das pessoas o sentimento de que o grupo tem mais força. Este trabalho vai desde alertar os colegas sobre como a política de Ciência e Tecnologia está sendo sucateada até abrir um cineclubes, uma creche para quem precisa, fazer convênios etc. Estas são ações que apontam no sentido de melhorar a vida das pessoas e mostrar a elas que foi o grupo que permitiu as mudanças. São ações solidárias que procuram criar um cinturão de proteção que vai ocupar o espaço deixado vago graças às políticas neo-liberais. O momento é de resistência.

Nota

"Gostaria de corrigir os dados apresentados pelo colega Alberto Hernandez Neto, quando afirma que 80% dos docentes do Departamento de Engenharia Mecânica da EP são precários. Na verdade, nesse departamento, 52% dos docentes são contratados, valor um pouco acima da média da Escola, que é de 49%".

Vahan Agopyan, vice-diretor da Escola Politécnica.